

# ASPECTOS DA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

*Elison Antonio Paim*<sup>1</sup>

## **Considerações iniciais**

Este artigo desenvolve-se a partir de pesquisas realizadas para a elaboração da dissertação de mestrado *Fala Professor(a): O Ensino de História em Chapecó 1970-1990* e aprofundei-as para a elaboração da tese de doutorado *Memórias e Experiências do Fazer-se Professor(a) de História*. Nessas duas pesquisei a constituição da região oeste de Santa Catarina e, especialmente, a cidade de Chapecó em sua constituição como cidade pólo regional. Aqui abordarei alguns aspectos dessas pesquisas, com base em fontes orais e escritas diversas.

A construção dessa pesquisa deu-se pautada em alguns pressupostos teórico-metodológicos. É fundante desta pesquisa a concepção de História presente em Walter Benjamin<sup>2</sup>, quando nos diz que:

*A História não é uma busca de um tempo homogêneo e vazio, preenchido pelo historiador com sua visão dos acontecimentos, mas é muito mais uma busca de respostas para os agoras. A História é um imenso campo de possibilidades onde inúmeros agoras irão questionar momentos, trabalhar perspectivas, investigar pressupostos.*

Também foram importantes para essa pesquisa os estudos de Eduard Palmer Thompson e Raymond Willians. Especialmente os conceitos de Experiência e Cultura<sup>3</sup>.

A todo o momento ouvimos alguém fazer referência a alguma região, ao regional, ao local, às diferenças regionais entre os estados, dentro dos estados entre o litoral e interior. O estado de Santa Catarina está dividido em regiões. O Brasil está dividido em regiões. Mas o que é mesmo região? O que define que moro numa e

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas; Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor do Curso de História e Coordenador do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM, ambos vinculados à Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ. E-mail: <elisonpaim@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Para aprofundar a concepção de História do autor, dentre outras obras, é fundamental o estudo das teses sobre história. BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito da História". In: \_\_\_\_\_. *Magia e Técnica, Arte e Política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232.

<sup>3</sup> Os autores problematizam e apresentam uma concepção de história que vai além dos determinismos do Marxismo e também da História dos Anais. Ver as obras editadas no Brasil: THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (3 volumes). \_\_\_\_\_. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. \_\_\_\_\_. *Senhores & Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. \_\_\_\_\_. *A miséria da Teoria - ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. \_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. \_\_\_\_\_. *Cultura e sociedade: 1780-1950*. São Paulo: Editora Nacional, 1969. \_\_\_\_\_. *O campo e a cidade: na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. \_\_\_\_\_. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

não em outra região? Como foram divididas as regiões? Quais os critérios para divisão? Quando, quem e porque fez a divisão?

### **Definindo termos**

Conforme Amado<sup>4</sup>, são as diferenças que explicam a divisão em regiões; o ser humano procurou “enquadrar”, classificar os locais, conforme as semelhanças, negando assim aquilo que fugia do convencionalizado como daquela região. Nessa concepção, não há lugar para especificidades. No Brasil, em vários momentos, houve o combate às especificidades das diferentes regiões, “*em nome da unidade territorial, todos os movimentos de caráter regional eram sufocados, mesmo os que não tinham reivindicações separatistas*”<sup>5</sup>.

Nas primeiras décadas do século 20, início da República, a primeira divisão regional do Brasil tomou por base as diferenças naturais, na qual, “*os olhos dos brasileiros responsáveis pelo ‘desenho’ do território nacional só são capazes de perceber as diferenças das paisagens desenhadas pela natureza*”<sup>6</sup>.

A idéia de região como algo natural, intocável e indiscutível permaneceu durante bom tempo como predominante em várias áreas do conhecimento, principalmente na História e na Geografia. Historicamente, foram ocorrendo mudanças - especialmente nos anos 1980 - essas idéias foram sendo questionadas e outras perspectivas foram sendo apontadas, procurando

*(...) superar as apresentações positivistas da região como produto isolado da relação entre os homens e um determinado meio, e as neopositivistas, que apresentam a região como sistema, a partir de modelos matemáticos sobre a categoria espaço, deixando de lado a participação das relações humanas na construção do espaço pensado socialmente. Essas tendências ligadas à tradição marxista discutem preferencialmente o papel do espaço na reprodução das relações sociais de produção, ou os processos sociais que se manifestam no espaço. Enfim, trata-se de verificar que, bem como a História e a periodização, a região é uma construção antes de tudo humana, e, portanto submetida a uma determinada historicidade.*<sup>7</sup>

Assim, as perspectivas deterministas e naturalistas do pensamento sobre região vêm perdendo terreno, em detrimento de perspectivas que levam em conta muito mais os homens; nessas, considera-se insustentável a idéia de divisão meramente natural, pois segundo Flores e Serpa:

*Na delimitação de fronteiras, a língua, o habitat, a realidade social, tanto quanto as classificações mais naturais, apóiam-se em traços que não tem nada de natural, sendo em ampla medida, o produto de uma*

---

<sup>4</sup> AMADO, Janaína. “História e região: reconhecendo e construindo espaços”. In: SILVA, Marcos Antonio da. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 10.

<sup>5</sup> CASTRO, Iná Elias de. “Visibilidade da região e do regionalismo”. In: LAVINAS, Lena et alli (org). *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p 163.

<sup>6</sup> CASTRO, Visibilidade da região..., p.164.

<sup>7</sup> CÉRRRI, Luis Fernando. “Regionalismo e ensino de História”. In: BITENCOURT, Circe Maria (org). *Anais do 2º encontro perspectivas do ensino de história*. São Paulo: FEUSP, 1996, p 713.

*imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior de relação de forças no campo de lutas pela delimitação legítima.(...) O discurso regionalista é, portanto, um discurso performático, que visa impor como legítima uma nova definição de fronteiras, e fazer conhecer e reconhecer a região assim delimitada.* <sup>8</sup>

A definição de região se dá por vários outros elementos, especialmente pelas relações entre os seres humanos; aliás, são essas relações que criam, delimitam, definem o que pertence a essa ou aquela região, ou seja, são os próprios homens que especificam o que é uma região ou outra. Neste sentido, ainda, evidencia-se que “a região não está ausente das preocupações do Estado, ao contrário: ele corta, subdivide, delimita, quadricula, encerra...”. Desta forma, defender a região é, talvez, uma simples busca de sentido, passa a ser, então, “questão referente à relação da sociedade para com os indivíduos, ao consentimento dos indivíduos em pertencer a tal sociedade”. Em resumo, trata-se de redescobrir para as coletividades, malhas concretas que se oponham às malhas abstratas, propostas pelo Estado<sup>9</sup>.

Para garantir a permanência e unificação dos habitantes de uma região em torno de alguns princípios supostamente comuns a todos, para obter o progresso, o desenvolvimento, historicamente têm sido construídos discursos de homogeneização e de igualdade de tudo e todos. Nesses discursos, os diferentes, as diversidades da região, são sufocadas ou minimizadas.

A questão regional vem ganhando novos elementos, desde que, e recentemente, adquiriu o status de História Regional. Vários são os argumentos em defesa do pensamento histórico a partir da região que, segundo os historiadores consultados, permite a exposição das diferenças, que viria numa contracorrente da homogeneização causada pelas grandes sínteses globais e nacionais. A grande base para pensarmos uma história regional nos é dada por Eduard Thompson<sup>10</sup>, pela clareza das especificidades de suas análises, especialmente na perspectiva das relações. Para ele as especificidades das experiências e das histórias vividas, que embora localizadas no lugar do qual falamos, imbricam-se as histórias mais amplas. O diálogo é possível quando o específico

*(...) nos ajuda a conhecer quem somos porque estamos aqui, que possibilidades humanas se manifestam, e tudo quanto podemos saber sobre a lógica e o processo de formação social (...) a história é um bom laboratório, porque o processo, o ato de acontecer, está presente em cada momento da evidência, testando cada hipótese através de uma consequência, proporcionando resultados para cada experiência humana já realizada.*

Há alguns argumentos importantes na defesa de que se façamos histórias

---

<sup>8</sup> FLORES, Maria Bernadete Ramos & SERPA, Élio Cantalício. “A Hermenêutica do vazio: fronteira região e brasilianidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina”. *Projeto História*, Dossiê “Espaço e Cultura”, São Paulo, Educ, n. 18, 1999, p 217.

<sup>9</sup> RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 182-196.

<sup>10</sup> THOMPSON, A *miséria da Teoria...*, p. 57.

regionais. Marcon<sup>11</sup> defende que: a) as histórias regionais, delimitando seu campo de investigação, fazem emergir os conflitos e tensões concretas vividas cotidianamente, assim as relações de poder e dominação aparecem mais concretamente; b) a história regional traz à tona às experiências dos grupos dominados e dos projetos que foram destruídos pelos dominantes; e c) os conflitos e as diferentes formas de dominação aparecem quando um entrevistado, por exemplo, tem confiança no pesquisador e nomina personagens concretos como agentes da dominação, do poder e da exploração.

Já Castro, afirma que para pensarmos uma história regional é preciso: “(a) superar postulados deterministas e simplificadores; b) considerar a escala como problemática fenomenológica e não matemática”. Mais adiante, afirma que: “Na realidade, a identidade sócio-espacial, o espaço da administração pública e outros mais definem novas questões para investigação e estabelecem o desafio metodológico da escala dos fenômenos que dão sentido ao território regional”<sup>12</sup>. Por sua vez, o historiador José Mattoso, afirma que:

*A história local e regional deve partir de um estudo da relação entre o homem e o espaço habitado que o rodeia. Necessitando subsistir num determinado território, juntamente com outros habitantes que ali buscam também a subsistência, integra-se num grupo, e este, por sua vez, associa-se a outros grupos, que constituem um conjunto vasto. Os círculos em que o homem se situa vão-se assim alargando até atingirem as fronteiras daqueles que se consideram inimigos ou totalmente desconhecidos. A descrição e o estudo do quadro territorial na história regional e local não são, portanto, como que a enunciação das premissas das quais, depois as conseqüências de uma causa: são a apresentação de um quadro dos materiais ainda informes que, ao mesmo tempo, envolvem e limitam o homem, lhe fornecem os elementos que depois não só consome, mas também transforma, compõe e recria.*<sup>13</sup>

Sintetizando o exposto, Amado nos lembra que região é uma: “Categoria espacial, que expressa uma especificidade, uma singularidade dentro de uma totalidade: assim região configura um espaço particular, dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula”<sup>14</sup>. E ainda que ao trabalharmos com o regional fazemos emergir “novas óticas de análise do nacional (...) o específico, o próprio, o particular”. O regional apresenta “o concreto, o cotidiano, o ser humano determinado a fazer a ponte entre o individual e o social”<sup>15</sup>.

---

<sup>11</sup> MARCON, Telmo. “História Regional: uma experiência em construção”. In: ZARTH, Paulo Afonso (coord.). *Anais do IV encontro de cientistas sociais: a problemática regional - aportes para o futuro*. V. 1. Ijuí: Unijuí, 1996, p.60-64.

<sup>12</sup> CASTRO, “Visibilidade da Região...”, p. 161.

<sup>13</sup> MATTOSO, José. “A história regional e local”. In: *A escrita da história*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p. 169-175.

<sup>14</sup> AMADO, “História e região...”, p. 8.

<sup>15</sup> AMADO, “História e região...”, p. 13.

## O oeste de Santa Catarina

A região em estudo - Oeste Catarinense - segundo Renk, constrói-se “*a posteriori da nação, embora esta seja sempre uma narrativa inacabada, em especial no caso brasileiro*”. Para a autora a “*construção de uma região, a do Oeste Catarinense, (...) passou por diversas disputas de fronteiras e configurações espaciais*”<sup>16</sup>.

A região oeste de Santa Catarina foi, de fato, uma área de muitas disputas. Inicialmente, entre Portugal e Espanha; num segundo momento, entre Brasil e Argentina e, num terceiro momento, entre Paraná e Santa Catarina, originando, inclusive, a Guerra do Contestado (1912-1916), quando só então se definiu que o território pertencia ao estado de Santa Catarina. Para manter o território conquistado do Paraná era preciso “povoá-lo”, para tanto, investiu-se num intenso processo de colonização. Mas não bastou definir que as terras pertenciam a Santa Catarina para que elas, realmente, fossem assumidas como tal, pois:

*A região em estudo passou a ser denominada Oeste Catarinense a partir do Estado Novo. Anteriormente nos mapas constava zona desconhecida, zona despovoada. Ora era o sertão nacional, contrapondo-se aos Campos de Palmas, ora era sinônimo de área inóspita e limítrofe (com fronteira internacional em disputa).*<sup>17</sup>

A região oeste de Santa Catarina era habitada pelos índios Kaingang - segundo vestígios arqueológicos, encontrados na bacia do Rio Uruguai o grupo teria chegado na região, por volta de 5.500 a. C. Eles habitavam o território limitando-se com as fronteiras da Argentina e dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul<sup>18</sup>. Eram 14.071 quilômetros quadrados<sup>19</sup>. Atualmente, este território está subdividido em 118 municípios.

Mesmo após a emancipação político-administrativa de Chapecó e Cruzeiro (atualmente, município de Joaçaba) ocorrida em 1917, a Região Oeste de Santa Catarina era considerada praticamente “despovoada”, pois os indígenas e caboclos<sup>20</sup>, por possuírem modos de vida diferente, não produzir excedentes para comercialização, e não possuir títulos de propriedade, eram desconsiderados pelas autoridades<sup>21</sup>. Para “povoar” o Oeste e garantir a posse das terras, o governo

<sup>16</sup> RENK, Arlene. *Identidade comunitária*. Separata. Chapecó: Argos, 2004, p. 2.

<sup>17</sup> RENK, *Identidade comunitária*, p. 2.

<sup>18</sup> Sobre os povos indígenas no Oeste de Santa Catarina verificar: D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. “Para uma História dos índios do oeste catarinense”. In: *Para uma História do oeste catarinense: 10 anos de CEOM*. Chapecó: UNOESC, 1995, p. 141-219; ORTIZ, Hilda B. D. “Ocupação pré-histórica do oeste catarinense”. In: *Para uma História do oeste catarinense...*, p. 17-70; VEIGA, Juracilda. “Revisão bibliográfica crítica sobre a organização social Kaingang”. In: *Para Uma História do oeste catarinense...*, p. 259-331.

<sup>19</sup> *Diário Catarinense*, 25 ago. 1993, p. 6.

<sup>20</sup> “Caboclos” é a forma como são denominados os habitantes do oeste catarinense, sudoeste do Paraná e norte do Rio Grande do Sul. São povos oriundos da miscigenação entre índios e bandeirantes paulistas que passavam pela região indo a direção aos Sete Povos das Missões para aprisionar índios durante o século XVII, bem como aqueles bandeirantes que foram se fixando e se apossando das terras.

<sup>21</sup> Sobre os caboclos no oeste catarinense ver: RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997; POLI, Jaci. “Caboclo: pioneirismo e marginalização”. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, FUNDESTA, n. 7, 1991.

estadual de Santa Catarina distribuiu glebas de terras “aos que dominavam política e economicamente a região, e que tinham prestígio suficiente para influenciar essas concessões”<sup>22</sup>. Os beneficiados com as concessões montaram empresas colonizadoras para comercializar as terras.

As empresas colonizadoras criaram mecanismos para divulgação e comercialização das terras. Foram enviados vendedores para as regiões agrícolas de colonização italiana e alemã do Rio Grande do Sul e

*(...) então, vinha mudança. Quinze, vinte, mudanças por dia de pessoas vindas do Rio Grande do Sul. Geralmente eram pessoas filhas de imigrantes italianos e alemães que, quando vieram para o Sul compraram pouca terra porque tinham pouco dinheiro, as famílias grandes cresciam, constituíam novas famílias. Ai tinha aberto aqui a partir de 1917 a venda de terras por colonizadoras nacionais e estrangeiras e as terras eram vendidas realmente por um preço módico, com prestações módicas e fixas. Então era fácil adquirir terras (...) eles foram se colocando e foram... Vinham pra cá com a esperança de enriquecer, acho que por isso que, a cultura ficou em segundo plano. Que aqui nós somos muito trabalhadores... Mas, nós não valorizamos a cultura. O que é uma pena.*<sup>23</sup>

Os colonos que compravam as terras no Oeste Catarinense queriam que elas estivessem limpas, ou seja, sem moradores. Para a limpeza da terra os caboclos e os poucos indígenas que ainda viviam foram expulsos de suas terras, pois eram considerados improdutivos. Esses povos, ou foram sendo empurrados para áreas distantes nas matas, ou foram para as cidades, quando não foram literalmente eliminados.

Com a vinda dos colonos, estabeleceu-se um sistema produtivo calcado na pequena propriedade, com predomínio da mão-de-obra familiar e de cultivos diversos para comercialização. Os colonizadores dedicaram-se principalmente ao cultivo de milho, cuja comercialização era difícil, uma vez que a fertilidade do solo e conseqüentemente a produção eram grandes. Para absorver o excedente, os colonizadores iniciaram a criação de suínos que, aos poucos, passaram a serem comercializados em Curitiba e São Paulo, constituindo-se a base para a agroindústria de carnes. Nos anos de 1940 foi instalado em Chapecó o primeiro frigorífico para o abate e industrialização de suínos, com produção modesta e pequeno número de trabalhadores.

Porém, administrativamente, a região oeste de Santa Catarina continuava distante, em todos os sentidos da capital - Florianópolis - e do governo do estado; as ligações comerciais, médicas e os referenciais políticos, continuavam sendo com o Rio Grande do Sul. Procurando integrar-se ao estado, o governador Adolfo Konder, em 1929, realizou uma viagem de vários dias pela região - em muitos momentos a cavalo, outros de carroça, de barcos, pois não existiam estradas - com objetivo oficial de “inteirar-se das necessidades da região, para integrá-la definitivamente ‘à comunidade catarinense, demonstrando aos vizinhos do Rio

<sup>22</sup> POLI, “Caboclo: pioneirismo...”, p. 69.

<sup>23</sup> LUVISA, Armia. Entrevista concedida ao autor em 30 nov. 1995.

Grande do Sul, do Paraná e da Argentina a intenção do governo do estado de Santa Catarina de exercer a soberania sobre as terras do Oeste'. A "Bandeira Konder" tinha três razões para ser realizada: *"a questão da fronteira com a Argentina e da construção da brasilidade; a premência da ocupação do Oeste Catarinense como expansão do processo civilizador para o interior (...); um empenho em debelar as causas da guerra do Contestado, vencendo poderes locais, em torno dos quais gravitavam grupos conflitantes"*<sup>24</sup>.

A partir da passagem do governador uma série de medidas foi sendo tomadas para integrar o Oeste ao estado de Santa Catarina; entre essas medidas está a construção de estradas e escolas. Até então, as escolas eram ligadas às comunidades religiosas - luteranas e católicas - e em boa parte dos casos eram pessoas que haviam estudado um pouco e se propunham ensinar as crianças cujos pais pudessem pagar pelo ensino. Em muitas comunidades - inclusive nas escolas - a língua falada era a italiana ou alemã. Com a Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro proibiu que as pessoas falassem suas línguas de origem, os colonos foram presos por esse motivo e as escolas fechadas. Os órgãos governamentais realizaram uma cruzada nacionalizadora em toda a região oeste de Santa Catarina.

Mesmo com todos os esforços governamentais para a integração da região ao estado, culturalmente isso não aconteceu, pois as pessoas continuaram ligadas ao Rio Grande do Sul. Até hoje existem disputas culturais entre os moradores do litoral de Santa Catarina e os da Região Oeste. Os primeiros costumavam pejorativamente, denominar os moradores do Oeste como "colonos", "índios", "bugres" e muitos outros adjetivos desqualificadores. Por sua vez, a recíproca também é verdadeira, quando os oestinos referem-se aos habitantes do litoral como "comedores de siris", "manezinhos", "povo que só gosta de praia e não trabalha".

As divergências também se expressam, quando, por exemplo, o governo federal, ao criar a única Universidade Federal de Santa Catarina - e instalá-la na Ilha de Florianópolis. Também a Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, até dois anos atrás, possuía campus somente em Florianópolis e uma extensão em Lages, no centro do estado - distante 500 km de sua região oeste.

Na década de 1960, o Brasil passou por mudanças no campo, principalmente em decorrência da mecanização, gerando um excedente de mão-de-obra. Iniciou-se aí um processo de inversão populacional, ou seja, a população brasileira passou a residir em maior número na área urbana. A busca por esse espaço se dava principalmente por aquelas que possuíam indústrias e, conseqüentemente, empregos. Na região oeste de Santa Catarina, mais precisamente em Chapecó, além da mecanização do campo, também a capacidade de sustento de todos os membros da família na terra tornou-se difícil. Com a constituição de novas famílias pelos filhos dos imigrantes, as pequenas propriedades passaram a não comportar todos, obrigando-os a procurar outra forma de sobrevivência, migrando principalmente para o Norte do Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, e Rondônia. Mas boa parte da população decidiu ficar na região oeste e trabalhar como assalariada nas cidades.

---

<sup>24</sup> FLORES & SERPA, *A Hermenêutica do vazio...*, p. 216.

A região oeste é a maior em superfície, representando um quarto do território do Estado, e em número de municípios (118). É a segunda mesoregião em população, com 1.114.699 habitantes com uma densidade demográfica de 41 hab/km abaixo da média estadual que é de 56 hab/km. Por sua vez, a Região Oeste de Santa Catarina está dividida em microrregiões. A microrregião de Chapecó é composta por 38 municípios. É uma região agroindustrial, onde se localizam 7,29% das empresas do estado e que se apresenta como destaque nos setores alimentício, de origem animal, setor metal-mecânico, moveleiro e plásticos<sup>25</sup>.

A concentração urbana é baixa, apenas uma cidade, Chapecó, ultrapassa os 100.000 habitantes e outra, Caçador, está um pouco acima de 50 mil habitantes. Os municípios que mais cresceram, especialmente na área urbana, vêm absorvendo parte do êxodo populacional dos municípios menores da própria região que, via de regra, vem sofrendo um processo de redução demográfica, não só rural, mas também nas cidades. Os dados relativos à renda das pessoas indicam índices muito baixos:

*Quase 60% das pessoas que tinham qualquer tipo de ocupação, durante os levantamentos realizados pelo censo de 2000, tinham rendimentos que alcançavam no máximo dois salários mínimos (a proporção estadual nessa condição era 49%). Apenas 15% das pessoas ocupadas tinham rendimentos acima dos cinco salários mínimos e, a parcela dos que estavam acima dos 10 mínimos, era de apenas 5,5% (no estado, 19% e 7%, respectivamente).<sup>26</sup>*

Outro indicador importante do empobrecimento da população dessa região é quando se buscam os dados educacionais:

*Apesar de na última década ter representado uma melhoria na escolaridade da população regional, como o aumento de um ano na média de estudo da população, a expansão do ensino médio (crescimento de 50% das matrículas nos últimos 6 anos) e do acesso à educação superior (aumento de 40% nas matrículas de graduação entre 2001 e 2004), 50% das pessoas acima de 10anos de idade (parâmetro etário adotado pelo censo) tinham escolaridade que não ultrapassava a 4ª série do ensino fundamental, no ano 2000 (a proporção estadual era de 43%). No geral, os que não tinham concluído o nível fundamental (8 anos de estudo) somavam 68% da população acima dos 10 anos. Com nível superior completo, eram 2,7% (diante de uma média estadual que chegava aos 4,2%). No outro extremo, o número de analfabetos teve uma sensível redução na última década, mas ainda está acima da média estadual (7% diante dos 5,3% estaduais).<sup>27</sup>*

Aproximando um pouco mais do local de estudos, a seguir trarei aspectos da constituição história do município de Chapecó, o qual deu origem a boa parte dos demais municípios da região oeste.

---

<sup>25</sup> Plano de Desenvolvimento Institucional da UNOCHAPECÓ, 2005, p. 47.

<sup>26</sup> DE MARCO, Ben Hur. *O oeste catarinense: comentários sobre alguns indicadores socioeconômicos*. Separata. Chapecó: Argos, 2004.

<sup>27</sup> DE MARCO, *O oeste catarinense...*

## **Chapecó constitui-se cidade pólo regional**

Chapecó, palavra originária dos indígenas Kaingang, que significa “de onde se avista o caminho da roça”. Os Kaingang<sup>28</sup> habitavam o território do “Velho Chapecó”, denominação para uma extensa área de terras, a qual, “*limitando-se com as fronteiras da Argentina e dos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul perfazia 14.071 quilômetros quadrados*”<sup>29</sup>.

Mesmo após sua emancipação político-administrativa, em 1917, Chapecó era considerada praticamente “despovoada”, pois os indígenas e caboclos<sup>30</sup>, eram desconsiderados pelas autoridades.

Com a vinda dos colonos, estabeleceu-se um sistema produtivo calcado na pequena propriedade, com predomínio da mão-de-obra familiar e de cultivos diversos para comercialização. As atividades urbanas eram poucas, tanto que Chapecó até os anos 1950 era um pequeno vilarejo, vivendo basicamente da exploração e da comercialização de madeira (araucária)<sup>31</sup>, da agricultura e de um pequeno comércio. As atividades industriais eram praticamente inexistentes.

Os anos seguintes foram considerados por alguns como “anos de ouro” para Chapecó: foram instalados novos frigoríficos, que passaram a industrializar aves, além de ampliar a industrialização de suínos. A onda desenvolvimentista que se espalhava pelo país chegou até Chapecó. Com essa expansão, a estrutura do município não suportou o aumento muito grande de pessoas que chegaram.

Com o crescimento populacional, em decorrência do incremento industrial, aumentaram consideravelmente as demandas por moradia, saúde, alimentação, educação, saneamento básico, etc. Boa parte dessas demandas não foi alvo de preocupação dos governantes municipais. Esses estavam preocupados em atrair o maior número possível de pessoas para mostrar, inclusive em nível nacional, que Chapecó crescia mais que qualquer cidade do país.

As novas políticas desenvolvimentistas dos tempos do “milagre econômico” deveriam ser implementadas também no oeste catarinense, mais especificamente em Chapecó, convocando a todos para que “*não fique ai parado! Não seja um expectador! Junte-se aos demais concidadãos e ajude com sua parcela promover o progresso de sua terra e de sua pátria. Participe também dessa corrida para o desenvolvimento de sua cidade e amanhã poderá dizer com orgulho: ‘Eu também ajudei a construir a grande Chapecó’*”<sup>32</sup>.

O “Lema do Desenvolvimento” foi sendo construído de várias formas, seja através da imprensa, seja via atos político-administrativos. Primeiramente, através da imprensa - jornais e revistas locais - foram sendo disseminados artigos, que

---

<sup>28</sup> Kaingangue, grupo indígena que chegou à região por volta de 5.500 a.C., segundo vestígios arqueológicos encontrados na bacia do Rio Uruguai. Nesse sentido verificar: ORTIZ, “Ocupação pré-histórica...”; D’ANGELIS, “Para uma História dos índios...”; VEIGA, Revisão bibliográfica crítica...”.

<sup>29</sup> *Diário Catarinense*, 25 ago. 1993, p. 6.

<sup>30</sup> Ver nota 20.

<sup>31</sup> Ver: BELANI, Eli Maria. *Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização no velho município de Chapecó (1917-1950)*. Chapecó: Cometa, 1996.

<sup>32</sup> *Celeiro Catarinense*, n. 7, 1971.

criaram expectativas e certo mistério em torno da instalação de indústrias. Um desses artigos intitulava-se *Eu Transformarei Chapecó*, com o seguinte teor:

*Chapecó não sabe bem o que pensar de mim. Por um lado ele me respeita como elemento importante na comunidade, por outro ele tem certa perplexidade diante daquilo que eu faço e daquilo que eu pretendo fazer. Eu sempre fui respeitada em todos os lugares em que me fiz presente e ninguém se arrependeu de ter me recebido bem. Aonde eu chego, revoluciono os homens de negócios e todos me querem. A minha presença proporcionará tranqüilidade. Enamorei-me pelos homens de Chapecó e para cá vim para ficar. Sou menor de idade ainda, mas mesmo assim não me faltam cortejos em Chapecó. Atualmente namoro 1.100 pessoas das mais variadas idades e pretendo conquistar mais umas novecentas até 1972. Ficaram curiosos para saber meu nome, não é? Pois eu sou a INDÚSTRIA.*<sup>33</sup>

Na euforia construída em torno da instalação e ampliação do parque industrial através da imprensa, uma série de atos político-administrativos foram sendo tomados pelos governantes estaduais e municipais, como: “Os incentivos do governo do Estado, propiciados pela Lei 4.226, contribuem para a formação do capital de até o limite de 70% do investimento total. A Lei municipal número 22/70 dá totalmente de graça o terreno, a terraplanagem, rede de energia e isenção de impostos”<sup>34</sup>.

Após a criação dessa série de leis, houve a instalação de várias empresas, entre as quais a Sadia Avícola S.A. Além da instalação de novas empresas, ocorreu a expansão dos frigoríficos existentes, o Aurora e o Chapecó<sup>35</sup>. A euforia, o entusiasmo com a instalação das indústrias deu-se, principalmente, entre alguns chapecoenses urbanos, os quais foram os maiores beneficiados com a onda desenvolvimentista. Esse processo foi tão intenso que a boa parte das pessoas experienciaram essa euforia, como é descrito pela depoente abaixo:

*Sei que foi tão repentino, a gente chegou aqui (1973), a Sadia estava colocando. A SAIC, já estava estruturada, mas também bem menor que é hoje, a Aurora (...) todo mundo naquela época corria, dava um jeito de colocar um aviário, mais ainda que os chiqueirões. O pessoal de fora, ai quem tinha loja, quem tinha comércio, todos eles procuravam ao mesmo tempo comprar uma chácara lá fora para ter um aviário, um chiqueirão, porque se passava que, quem tivesse isso iria ficar rico em pouco tempo, (...) sei que em pouco tempo aumentaram assim na área*

---

<sup>33</sup> *Celeiro Catarinense*, n. 7, 1971.

<sup>34</sup> Além da revista *Celeiro Catarinense*, citar as respectivas leis também trás algumas empresas beneficiadas onde, a prefeitura doou 150.000 m<sup>2</sup> de terreno para a Sadia Avícola no valor de Cr \$ 85.000,00 e mais 10.000 m<sup>2</sup> à firma Paludo S. A. Indústria de Câmaras Frias, num valor de Cr\$ 10.000,00.

<sup>35</sup> A Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó - SAIC, que em 1967 empregava 255 pessoas e, em 1993, 4770. Assim em 1970, os operários em Chapecó eram algumas centenas e atualmente são mais de 10.000 pessoas envolvidas diretamente na produção. ROSSARI, Azulmir & MACHADO, Líbero. *Representações sobre a organização da classe operária nas indústrias da alimentação de Chapecó*. Chapecó: UNOESC, 1993.

*de construção, na oferta de emprego procuraram... Então, assim, crescer cada vez mais, a Sadia ser melhor do que a Aurora, do que o SAIC.*<sup>36</sup>

Simultaneamente à instalação e ampliação das indústrias, ocorreu a modernização do campo e das relações de produção nele desenvolvidas; nessa região as mudanças ocorreram especialmente na pecuária. Na criação de aves e suínos foi sendo implantado um novo sistema de produção, a integração. Essa forma de produzir está baseada num sistema de “parceria”, na qual o produtor deve participar com a propriedade, as instalações e a mão-de-obra, enquanto que, a agroindústria controla de maneira bastante rígida toda a produção. Estão a seu encargo as produções de pintos ou perus, que após o nascimento serão distribuídos aos criadores, todas as assistências, a produção de alimentos, e fornecimento de medicamentos. Tudo é determinado pela empresa, inclusive o momento em que os animais serão retirados dos aviários e levados para o abate. Estrutura semelhante também é empregada na criação de suínos.

Essa nova forma de produzir foi mudando completamente as relações entre produtores e indústria: esta passou a determinar o que, como, e quando os produtores devem criar. As mudanças começaram com a introdução de uma nova raça de suínos. Foi o grupo Sadia, que trouxe reprodutores e matrizes da raça Duroc Jersey, importados dos EUA. Já na década de 1960, o mesmo grupo, Sadia, introduz as raças européias denominadas Large White e Landrassen<sup>37</sup>.

Muitos agricultores resistiram em trocar seu antigo modo de produzir. Para enquadrar todos os produtores dentro dos padrões estabelecidos, foi inventada uma doença chamada peste suína africana. Assim criou-se o pretexto para matar todos os porcos da raça comum e impor a nova raça. Os novos porcos precisaram ser produzidos dentro de determinados padrões de higiene e alimentação. Quem não procedeu como a agroindústria determinou foi sendo eliminado, seus animais não foram mais aceitos.

A modernização da agricultura foi sendo implantada em vários setores, entre os quais as pesquisas genéticas, tendo-se desenvolvido variedades de animais mais produtivos, acompanhado da venda de insumos e produtos industriais que propiciaram um aumento na produtividade, acompanhado pelos sistemas de extensão rural - encarregado de fiscalizar no campo a aplicação destas novas bases tecnológicas.

Dentro dos serviços de extensão rural, foi implantada a Associação de Créditos e Assistência Rural do Estado de SC - ACARESC, levando ao campo as modernas tecnologias e a organização do trabalho rural de maneira racionalizada.

A estruturação agrícola com a implantação das agroindústrias também forçou outras indústrias a fornecerem produtos industrializados básicos, como rações. De 1966 a 1986, diversas firmas multinacionais instalaram-se no país e ingressaram no mercado, entre elas, estão presentes a Purina e a Cargil, ambas de capital norte-americano.

---

<sup>36</sup> MARCHIORI, Marilene Grando. Entrevista concedida ao autor em 28 nov. 1995.

<sup>37</sup> CAMPOS, Índio. *Os colonos do Rio Uruguai: relações entre a pequena produção e a agroindústria no oeste catarinense*. Campina Grande: UFPB, 1987 (Dissertação de Mestrado em Economia).

Além dessas mudanças que ocorreram no campo, não podemos esquecer o fascínio que a cidade exerce sobre o camponês; para ele alguns elementos do cotidiano assalariado são considerados vantajosos, quando, inevitavelmente, fazem a comparação com as oportunidades e as “vantagens” que a cidade e o trabalho urbano oferecem, como horário de trabalho fixo, feriados, férias, folgas semanais, o salário no final de cada mês trabalhado. Todos esses elementos fizeram com que ocorresse em nossa região um processo intenso de migração para a cidade<sup>38</sup>.

Essas mudanças que se efetivaram na agropecuária do Oeste de Santa Catarina no final da década de 1960 e início da década de 1970 expandiram-se com rapidez além daquela esperada pelos planejadores. Paralelamente às mudanças ocorridas no campo a cidade de Chapecó sofreu profundas transformações: crescimento populacional, crescimento físico, educacional, aumento das atividades comerciais e de prestação de serviços. Segundo os jornais da época, a “*cidade estava em revolução*”.

Mesmo com todo o crescimento, aumentaram dia após dia os contrastes da “cidade das rosas”. Aqueles que desfrutavam apenas os espinhos eram encarados como “um grande mal, um câncer mesmo, uma Biafra em pleno oeste catarinense, capaz de causar vergonha a qualquer ser humano válido”. Essas expressões foram usadas pelo jornal *Folha D’Oeste* quando, em 7 de fevereiro de 1970, referia-se aos moradores do Bairro São Pedro - bairro pobre da cidade.

Para evitar que as “vergonhas” de Chapecó aparecessem e se multiplicassem, os governantes, clubes de serviço - Lions e Rotary - entre outras instituições religiosas e assistenciais conclamava-se a todos que se envolvessem numa cruzada salvadora, que evitasse a multiplicação de pessoas nessas condições e, conseqüentemente desses problemas que, antes de qualquer coisa, serviam para “*envergonhar um povo que progride e se enriquece pelo trabalho*”<sup>39</sup>.

Além da repressão aberta aos “delinqüentes”, outras formas mais sutis de disciplinarização foram sendo instituídas, principalmente sobre crianças e mulheres. Para as mulheres foi sugerido, em artigo jornalístico, que elas fossem “*orientadas para terem uma tarefa a mais em seu próprio lar*”, para que a comunidade chapecoense não presenciasse o que cotidianamente era observado, ou seja, mulheres, a qualquer momento, “*em sua roda de amigos, saboreando um bom mate e bate papo*”<sup>40</sup>.

Essa situação remete aos escritos de Richard Senett, em *O declínio do homem público*<sup>41</sup>. Ocorre aqui uma tentativa de privatizar as relações sociais objetivando, inclusive, com tal procedimento, garantir a moralização do “anjo do lar”, imagem de longa duração relativa à figura feminina, tecida na relação direta com o avanço da modernidade capitalista, no final dos oitocentos. O que antes era prática habitual para as mulheres da região (sentar-se publicamente e saborear seu chimarrão em

---

<sup>38</sup> RENK, Arlene. A. Questões sobre a migração urbana e o êxodo rural em Chapecó. *Grifos*, Chapecó, v. 1, n. 1, jul. 1994, p. 25-38.

<sup>39</sup> *Folha D’oeste*, 07 fev. 1970.

<sup>40</sup> *Correio do Sul*, 22 out. 1977.

<sup>41</sup> SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

uma roda de amigas, geralmente, em alguma sombra de árvores em frente às casas) passa a ser objeto de disciplinarização na relação direta com a maior privatização da vida feminina. Ou seja, foi proposto que cada uma se fechasse no espaço de seu lar, evidenciando-se, assim, o declínio das relações em espaços públicos, fruto da modernização capitalista que foi se implementando em Chapecó e região.

Quanto às crianças desocupadas, a disciplinarização deu-se de maneira mais intensa, aberta e organizada, através da implantação da Coordenadoria Regional da Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor (FUCABEM), em 27 de junho de 1977.

Simultaneamente às medidas disciplinares - relativas àqueles que estavam sendo excluídos das “maravilhas” geradas pelo crescimento da “cidade das rosas” e ameaçavam a paz, a ordem e o sossego - foram sendo criadas formas para atender às necessidades daqueles que estavam sendo eleitos para os benefícios do progresso. Mas para poder ser incluído era preciso estar preparado. Para isso foram tomadas várias medidas, especialmente para a formação de jovens, tais como escolas de ensino técnico, ampliação da rede de ensino e criação de uma universidade.

Objetivando suprir as enormes deficiências em mão-de-obra qualificada para a indústria e o comércio dos tempos de implementação e desenvolvimento industrial, foram instaladas em Chapecó unidades do SENAI, SENAC, SESC e SESI. Tais instituições foram amplamente incentivadas pelos poderes públicos municipais, em conjunto com os industriais e os comerciantes, obviamente interessados na lucratividade maior que viria, em decorrência da melhor qualificação de seus empregados.

Em 1970, Chapecó e a Região Oeste de Santa Catarina apresentavam um déficit educacional muito grande, quer em termos de rede física, quer de profissionais habilitados. Nas poucas escolas existentes, era grande o número de professores não-habilitados, principalmente nas escolas rurais. Na cidade, os professores, quando habilitados haviam cursado o Normal:

*Nas 120 escolas existentes em Chapecó a nível primário - municipais e estaduais - lecionam 303 professores dos quais 103 são normalistas de curso superior e os restantes dos demais níveis. O ensino médio de nosso município apresenta as seguintes características: temos em Chapecó nove cursos que funcionam em quatro estabelecimentos, com um total de 1706 alunos matriculados, dos quais 1399 freqüentam o primeiro ciclo e cursos ginasiais; 307 alunos freqüentam o segundo ciclo (comercial e científico 195 e normal 2º ciclo 112). Em todos os cursos lecionam 100 professores, dos quais 2 com curso técnico, 11 diplomados pelas faculdades de Filosofia Ciências e Letras e os restantes com outras graduações.<sup>42</sup>*

A expansão física da rede escolar foi sendo aos poucos e em partes resolvida, como se pode observar no depoimento a seguir:

*Eu acho que aqui sempre se tentou, sempre com pressão é claro. Quando uma escola inchava demais, aí começava haver uma pressão,*

---

<sup>42</sup> Folha D'oeste, nov. 1970.

*primeiro em nível de escola, e acabava saindo outra escola, às vezes, com um pouco de atraso. Mas eu acho que a questão do espaço físico não... Não é a pior... Não é o pior problema... Não tem sido o pior problema. (...) E é claro que aproveitando as escolas a noite o que não é o certo, não é o normal pedagogicamente, sempre se fez isso, sempre se aproveitou todos os espaços em todos os períodos.*<sup>43</sup>

Muitas vezes, os diretores acabavam camuflando o problema da falta de vagas, oferecendo vagas à noite, ou abrindo turnos intermediários. Alunos que deveriam estar estudando durante o dia eram matriculados no noturno, principalmente nos bairros mais pobres.

Durante esses quase quarenta anos, ocorreu um crescimento muito grande do número de estabelecimentos de ensino e do número de alunos matriculados no Ensino Fundamental e especialmente, no Ensino Médio, o que nos anos 1970 era praticamente inexpressivo. Assim, foram sendo atendidas as exigências empresariais de ter mão-de-obra melhor qualificada. Mas não se pode deixar de frisar, que nem todos foram sendo incluídos nesse processo de escolarização. Embora tenha acontecido um grande movimento de alfabetização de jovens e adultos promovido pela Secretaria Municipal de Educação, durante as duas administrações do Partido dos Trabalhadores entre 1997 e 2004, ainda hoje temos, no município de Chapecó, número significativo de analfabetos.

Se aparentemente as novas relações capitalistas de produção instalaram-se sem resistência, não é o que percebemos a partir do final dos anos 1970. Evidentemente que as resistências ocorrem no embalo das mudanças políticas, vividas a nível nacional. A região Oeste de Santa Catarina e, especialmente, Chapecó, viveram muitas lutas contra as diferentes formas de opressão. A região transformou-se em um “Celeiro de Movimentos Sociais” - expressão comumente usada por diferentes lideranças populares regionais e nacionais. Nessas lutas envolveram-se diferentes setores sociais: religiosos, agricultores, operários, índios, intelectuais.

As resistências foram se construindo e se consolidando com a vinda do Bispo Dom José Gomes em 1968, quando então a Diocese de Chapecó começou a construir “novas” práticas de ação enquanto Igreja. Trabalho inspirado pelo Concílio Vaticano II e dos encontros episcopais de Medellín e Puebla. A Diocese de Chapecó inaugurou uma nova orientação para a linha pastoral de atuação. É a opção preferencial pelos pobres.

A partir do final dos anos 1970, muitos agricultores, liderados pelos agentes religiosos, decidiram que não era mais possível ficar calados com a exploração e opressão que viviam e, coletivamente, começaram a protestar, através de vários movimentos sociais que nasciam desses descontentamentos. Entre os muitos movimentos surgidos nesse contexto, do Oeste Catarinense, pode-se citar o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o movimento pela tomada dos sindicatos rurais e a constituição de um sindicalismo combativo no campo, o Movimento das Mulheres Agricultoras, O Movimento de Retomada das Terras pelos índios, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens.

---

<sup>43</sup> BERTA, Beatriz Malmann. Entrevista concedida ao autor em 28 nov. 1995.

É importante salientar que até início dos anos 80 os movimentos sociais no Brasil ditatorial estavam sufocados pela repressão. Retornando um pouco no tempo, percebem-se outros fatores, que suscitaram os diversos movimentos sociais no Oeste Catarinense. Pode-se dizer que um elemento detonador de todos os movimentos foi a “Peste Suína Africana”, em 1978:

*Na verdade os agricultores não enxergavam nenhum suíno doente e de repente vinha uma determinação e, da noite para o dia, aparecia uma tropa militarmente aparelhada para fazer a matança. Vinham inclusive com retro-escavadeira, abriam uma vala enorme, carregavam os suínos dos chiqueirões, derrubavam nas valas e os soldados, com fuzis iam matando. No interior de Saudades, por exemplo, foram disparados mais de mil tiros de fuzil naquele dia, onde foram fuzilados em torno de mil suínos.<sup>44</sup>*

As evidências da não-existência da doença foram tantas que a população, auxiliada pela Igreja, veterinários e técnicos agrícolas, “descobriu” que a peste suína nada mais foi do que uma farsa, uma estratégia do governo e das agroindústrias, para eliminar definitivamente a produção autônoma de suínos na região; o que causou indignação geral. Em protesto, ocorreu uma grande manifestação pública, que reuniu mais de 25 mil pessoas no estádio Índio Condá. Os manifestantes seguiram pelas ruas da cidade de Chapecó. Foi a primeira grande manifestação no fim da década de 1970, ainda na vigência do regime militar. Este protesto foi um marco na memória do Oeste Catarinense, o que reforçou e desencadeou o surgimento de quatro importantes movimentos sociais na região.

A partir daí vários movimentos foram se organizando. Em 1984, índios do Toldo Chimbanguê, em Sede Trentim, distrito do município de Chapecó, organizaram-se e expulsaram colonos de suas terras. Foram a Brasília e pressionaram o governo para demarcação de suas terras. Em 1985, começaram a lutar em conjunto com os colonos, exigindo seus direitos. Foram a Florianópolis, fizeram até greve de fome. Com Esses movimentos, iniciaram a reconquista da terra, recuperaram as terras desgastadas e reorganizaram as comunidades.

A partir do movimento para retomada das terras do Toldo Chimbanguê<sup>45</sup>, outros movimentos pela retomada das terras foram desencadeados. As várias conquistas foram conseguidas na base da pressão, dos acampamentos, ocupações, seqüestro de dirigentes do INCRA. As mais variadas formas foram e estão sendo usadas pelos grupos indígenas para chegar à tão sonhada terra. O que se conquistou até o momento, não basta. Outros grupos continuam lutando, como estão fazendo os Guaranis, que estão em processo de retomada de suas terras em Araçaí, nos municípios de Saudades e Cunha Porã, ambos no Oeste Catarinense.

No distrito de Itaberaba, hoje emancipado, teve início na década de 1980 o Movimento das Mulheres Agricultoras - MMA. Nesse momento inicial, a luta se dava em torno da sindicalização, um espaço até então “reservado” aos homens. Em 1981, reuniram-se em Itaberaba - na época distrito de Chapecó, hoje município

---

<sup>44</sup> Padre, agente de pastoral. POLI, Odilon. *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó: Grifos, 1999, p. 68.

<sup>45</sup> Comunidade indígena, localizada no interior de Chapecó.

- lideranças rurais, padres e políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores, com o objetivo de traçarem planos para conquistar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, que estava nas mãos dos “pelegos”. Naquela oportunidade poucas mulheres participaram das discussões, pois mal entendiam o que estava acontecendo. Iniciou assim a “gestação” do MMA, atual Movimento das Mulheres Camponesas - MMC.

Era o começo de um novo tempo no campo, onde a mulher poderia assumir o papel principal, deixando de ser sempre a “sombra do marido, a dona de casa”. Com as eleições sindicais de 1986, as lideranças que mais se destacaram no movimento das mulheres, reunidas em assembléia, discutiram a proposta de participação no campo sindical, mesmo enfrentando as resistências de alguns homens. Segundo eles, não havia necessidade das mulheres sindicalizarem-se, uma vez que eles já eram sindicalizados - elas buscaram seu espaço, no interior do sindicato<sup>46</sup>.

Outro movimento que se constituiu na região oeste de Santa Catarina foi o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. Organizado por agricultores cujas terras seriam atingidas pela construção de barragens, para a produção de energia elétrica. Em nossa região constitui-se o Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Alto Uruguai - MAB. O projeto Uruguai previa a construção de 25 barragens na Bacia do Rio Uruguai, as quais inundariam, aproximadamente, 25 mil hectares de terras, atingindo em torno de 40 mil famílias da Região Oeste de Santa Catarina e Alto Uruguai Gaúcho - RS. Quando souberam do projeto, os agricultores começaram a organizar-se e reivindicar. As reivindicações foram modificando-se e aprofundando, à medida que o movimento organizava-se e crescia. Inicialmente lutavam pelo pagamento do valor justo pelas suas terras que seriam desapropriadas, num segundo momento, pela troca de terra por terra em locais próximos e, posteriormente, pela não construção das barragens<sup>47</sup>.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, também se organizou no Oeste Catarinense. Este, porém, não é próprio da região; ele tem vínculos com outras regiões, especialmente nos estados do Sul do Brasil. Para sua constituição na região foi fundamental o apoio da Igreja Luterana, e Católica - através da constituição da Comissão Pastoral da Terra -CPT - a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Em 1980, aconteceu a primeira ocupação na região, a da Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê - SC. Essa ocupação teve grande importância na organização e condução do movimento, que em maio de 1985 desembocou nas “Operações Integradas de Ocupações Simultâneas”. Nesse momento, mais de duas mil famílias de sem terras ocuparam, na mesma noite, 13 áreas diferentes<sup>48</sup>.

<sup>46</sup> Neste sentido, verificar: BIANCHI, Jaime; ZANINI, Rogério Luiz; PAIM, Elison Antonio. O Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) no oeste de Santa Catarina. *Estudos: Movimentos Sociais*, Goiânia, UCG, v. 30, n. 12, 2003, p. 2731-2761.

<sup>47</sup> Sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, consultar: UCZAI, Pedro. *Movimento dos Atingidos por Barragens: o caso de Itá e Machadinho na Bacia do rio Uruguai*. São Paulo: PUC, 1992 (Dissertação). POLI, Leituras...

<sup>48</sup> Sobre o MST no Oeste Catarinense, consultar: STRAPAZZON, João Paulo Lajus. *E o Verbo se fez Terra: movimento dos trabalhadores rurais sem terra (SC) 1980-1990*. Chapecó: Grifos, 1998. POLI, Leituras...

No contexto desses movimentos e lutas sociais, que foram se desenvolvendo no Oeste de Santa Catarina, tendo como pólo articulador o município de Chapecó, em 11 de junho de 1981 foi fundado o Partido dos Trabalhadores. Foram os trabalhadores rurais que impulsionaram o partido; depois vieram os intelectuais e mais tarde apareceram timidamente os operários, os quais, com medo da perseguição das empresas foram cautelosos na abertura de seus posicionamentos políticos. Em 1982, o PT estava na disputa das eleições municipais. O partido foi crescendo e, em 1996, no debate e na disputa das eleições, venceu os preconceitos e os mitos atribuídos ao partido e ganhou as eleições municipais tendo, como candidato a prefeito José Fristch, reeleito em 2000<sup>49</sup>.

### **Considerações Finais**

Ao situar a constituição Histórica da Região Oeste de Santa Catarina e a formação do município de Chapecó, especialmente a partir dos anos 1970, quando foi se industrializando e exigindo novas demandas por Escolas, Universidade, Escolas de formação de mão-de-obra como o SENAI, o SESI, SENAC e SESC, fui reforçando algumas convicções quanto aos chamados “estudos regionais”, tão desvalorizado dentro da historiografia brasileira. Convicções estas que reforçam a importância desses estudos, pois possibilitam a aproximação da História daqueles que a vivem.

Assim, o que se quer é, justamente, destacar as diferenças locais e regionais, mostrando e valorizando não o que é genérico e sim o que é próprio, peculiar de cada local, possibilitando virem à tona sujeitos com suas experiências, seus valores, crenças, modo de vida, enfim, com sua cultura.

Outro aspecto que merece destaque, ao estudar-se o regional, é a dimensão temporal, a qual teria papel decisivo na construção de uma

*(...) pedagogia da memória que faça frente aos problemas de desenraizamento, falta de identidade e pluralidade cultural e rática que caracterizam as nossas escolas, a história local pode ter um papel decisivo na construção de memórias que se poderão inscrever no tempo longo, médio ou curto, favorecendo uma melhor relação dos alunos com a multiplicidade de duração. Por outro lado, é mais fácil a identificação, que ajuda a construir uma identidade num espaço ou grupos mais limitados do que em situações especiais ou sociais mais latas que adquirem um caráter cada vez mais abstrato.*<sup>50</sup>

Porém, é preciso ter alguns cuidados para não construir uma visão fragmentada dos acontecimentos, impedindo assim “uma visão crítica da existência social, tornando os grupos sociais impotentes diante das desigualdades regionais, pois

---

<sup>49</sup> SORDI, Luiz Carlos. *História em movimento: o processo de transformação da educação tradicional para a educação popular na proposta político pedagógica da administração de Chapecó*. Chapecó: UNOESC, 2000 (Monografia de Especialização em História Regional).

<sup>50</sup> MANIQUE, Antonio Pedro & PROENÇA, Maria Cândida. *Didactica da história: patrimônio e história local*. Lisboa: Texto Editora. 1994, p. 21.

*esconde a dominação e os conflitos oriundos das estratégias capitalistas de organização espacial - espaços homogêneos*<sup>51</sup>.

## RESUMO

As reflexões expressas nesse artigo são integrantes de um texto maior “Tempos, espaços, sujeitos” correspondente ao terceiro capítulo da tese “Memórias e experiências do fazer-se professora (a) de História” defendida junto a Faculdade de Educação da Unicamp. Inicialmente apontam-se alguns referenciais procurando definir o que se entende por Região. Num segundo momento apresenta-se como se constituiu, historicamente, o Oeste Catarinense, tomando-se por base o sonho da colonização e progresso, bem como as lutas dos diferentes sujeitos que viveram e vivem na região em diferentes momentos. Num terceiro momento pontua-se algumas questões referentes à cidade de Chapecó, a qual historicamente assumiu-se como cidade pólo econômico, político e cultural para a Região Oeste de Santa Catarina.

**Palavras-Chave:** Região; Memória; Oeste Catarinense.

## ABSTRACT

The reflections expressed in this article are a part of a bigger text “Times, spaces, subjects” that correspond to the third chapter of the thesis “Memories and Experiences to Making of the History Teacher” defended with the UNICAMP Education Faculty. First I point some references trying to define what is understandable by Region. In a second time I present how the Catarinense West was historic constitute, having as a base the dream of colonization and progress, as the fights of the different subjects that lived and live in the region in different moments. In a third moment I point some questions about the Chapecó town, which assume itself historic as the economic, politic and cultural pole for the Santa Catarina West Region.

**Keywords:** Region; Memory; Santa Catarina’s West.

---

<sup>51</sup> MACHADO, Ironita. A. P. O currículo de história. In: DIEHL, Astor Antonio (org.). *O livro didático e o currículo de história em transição*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 13.